



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
TCL – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE LICENCIATURA  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ROSIMERI AQUINO DA SILVA  
ACADÊMICO FORMANDO: VLADIMIR CUNHA DOS SANTOS (00207623)

# PEDAGOGIA CRÍTICA E PARTICIPATIVA EM AULAS DE SOCIOLOGIA

Monografia elaborada como requisito  
para obtenção de grau de Licenciado em Ciências Sociais  
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, RS, BRASIL  
DEZEMBRO DE 2014

# SUMÁRIO

Resumo / 03

01 - Introdução / 04

02 - Sociologia no Ensino Médio Brasileiro / 15

03 - Por que uma práxis pedagógica crítica e participativa ? / 21

04 - Metodologia e Pedagogia em prol da revolução sócio-econômica / 28

05 - Considerações Finais / 38

06 - Referências / 41

**RESUMO:** Este trabalho acadêmico objetiva reforçar as teses de uma práxis pedagógica com participação ativa dos agentes culturais e educacionais, utilizando metodologias que libertem tanto o professor como o estudante dos métodos clássicos de reprodução de conteúdos e conceitos, para exercitar uma nova prática educacional, sempre se renovando e aplicando aulas criativas, inovadoras, contemplando o dia a dia e as ferramentas de comunicação disponíveis e acessíveis. Busca reafirmar o paradigma da educação crítica necessária em nossas escolas para tirarmos nossos alunos da mesmice ideológica e construirmos um cidadão crítico, participativo e agente de transformações nas estruturas econômicas e sociais das sociedades onde vivem.

**ABSTRACT:** The objective of this academic work to strengthen the thesis of a pedagogical practice with active participation of cultural and educational agents, using methodologies to release both teacher and student of the classical methods of reproduction of content and concepts, to work out a new educational practice, always renewing and applying creative, innovative classes, contemplating the day to day and the communication tools available and accessible. Search reaffirm the paradigm of critical education needed in our schools we take our students to the ideological sameness and build a critical citizen, participatory and agent of changes in economic and social structures of the societies in which they live.

# 01 – Introdução

*“Educação é um ato político e pedagógico. Não é neutro. Os educadores necessitam construir conhecimentos com seus alunos, visando o bem da sociedade, tornando-se profissionais da pedagogia e da política.” (Paulo Freire)*

Ao começar este Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, me voltei para releituras dos autores que mais me influenciaram até o momento, partindo destas referências que me acompanharam durante todo o percurso da graduação, me fazendo crer que a educação crítica e participativa é o caminho para a construção de um cidadão com consciência crítica de classe, o que considero essencial para humanizarmos a humanidade. Para justificar esta minha “crença” busquei apoios intelectuais em alguns autores que passo a citar no decorrer deste TCL. Muitos destes textos já foram utilizados por este acadêmico em alguns momentos da graduação, para ampla e profunda reflexão, para comparar, acompanhar o raciocínio lógico e dialético, e confirmar que não estou sozinho, que estou muito bem acompanhado nesta empreitada de difundir uma educação crítica, participativa e sem neutralidade; com um caminho a indicar e a seguir com os alunos.

De início faço uma rápida reflexão sobre o currículo como uma prática cultural educacional. Volto ao passado grego, primórdios de nossa cultura ocidental, apenas para

fazer uma referência histórica. Na antiga Grécia, antes de Cristo, porém antes da cultura cristã, os espartanos tinham como prática um currículo que formava guerreiros valentes aptos para enfrentamentos bélicos contra as demais cidades-estados da época. Já os cidadãos de Atenas tinham como base curricular de seus estudos a formação de pensadores, filósofos, poetas e cientistas. Estas eram marcas distintas de concepção de currículo para este povo que tanto influencia nossa cultura contemporânea.

Na verdade o currículo é um campo de conhecimento, um campo de produtividade que movimenta os saberes, os poderes e a interatividade humana. No decorrer dos séculos, de acordo com as conjunturas e períodos históricos, os currículos sofreram alterações e adaptações sempre para beneficiar os detentores do poder político, econômico e social, a fim de reproduzir conhecimentos e manter conceitos. Em 1918, o escritor Bobbitt anotou a seguinte frase em seu livro O Currículo:

*“Assim como a fábrica de aço, a escola deve moldar seus alunos, é um espaço para moldagem de indivíduos para o mercado. Ou seja, no decorrer dos tempos os currículos foram forjados para integrar o homem no processo de evolução do capitalismo, servindo ao mercado; e, também, como instrumento de fixação da ideologia socialista em países que adotaram este sistema. Exemplos como o fordismo, de produção em série e criação de uma classe média para absorver produtos gerados pela revolução industrial de massificação, mostram o quanto serve o currículo para conduzir multidões ao consumo organizado, padronizado e pacificado, levando os “alunos” deste mundo moderno a entenderem que isso é normal e positivo.”(BOBBITT, 2001)*

Neste caminho do pensar e conceber avanço o raciocínio e me apoio em acontecimentos históricos do desenvolvimento intelectual da humanidade. O Iluminismo, pensamento moderno que sustenta que a ciência traria felicidade aos

humanos, começa a ser criticado por ter se tornado uma prática totalitária e burocrática. O controle e o domínio sobre a natureza e o “outro”, o avanço constante da tecnologia, o espírito do individualismo, causaram problemas sociais e ambientais no mundo. Os pós-modernistas salientam que não há nada que justifique privilegiar esses princípios em detrimento de outros. Neste caso o sujeito não pensa, não fala, nem produz, ele é pensado, produzido e dirigido a partir do exterior, geralmente por quem detém o controle econômico, o poder político e ideológico.

No entanto, em todas as épocas, o currículo está no centro da relação educativa. A escola é uma “maquinaria” que tira o ser humano de seu estado de “selvageria” e o ensina posturas e transmite conhecimentos para a ordem e a produtividade, para a moralidade estabelecida tradicionalmente e para a manutenção destes conceitos, tentando naturaliza-los. Qualquer tentativa de mudança deste paradigma, é uma ameaça, e acaba por ser combatida em todos os campos da sociedade, principalmente no campo da educação, onde forja-se a pessoa, o cidadão.

As visões curriculares, neste tempo de pós-modernismo, pós-estruturalismo, foram classificadas como tecnicista e crítica. Os tecnicistas, mais do campo conservador de praticar a vida, usam técnicas pedagógicas como princípio educacional estático, reproduzindo a cultura acumulada. Já os seguidores do paradigma crítico têm uma visão mais progressista, observando aspectos da cultura, da economia e da política onde se encontram os alunos, tentando superar as relações históricas de dominação que escravizam humanos.

Elaborando este Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, resolvi que deveria ter uma meta, um objetivo maior do que apenas reproduzir teorias, conceitos e experiências passadas, numa sala de aula com dezenas de alunos adolescentes, falando de problemas diversos que a sociedade contemporânea apresenta, sem, porém, desenvolver uma conscientização com relação à totalidade que abrange estes problemas fragmentados, e assim, enfrentá-los. Imaginei como realizar uma práxis pedagógica emancipatória, crítica, com objetivo de conscientizar alunos para a

realidade posta e construída no decorrer da história, no intuito de percebermos as possibilidades também reais e possíveis de mudanças de comportamentos, atitudes e concepções de gestão econômica e social; Afinal estes alunos serão os gestores e atores sociais da sociedade em um futuro muito próximo de nossos dias.

Neste contexto li vários autores que escrevem sobre educação e sociologia, buscando mais ampla compreensão a respeito deste tema tão importante para minha ação como docente. Não canso de citá-los em todas as oportunidades, para reforçar minha tese da permanente construção da educação crítica, questionadora da realidade, e participativa.

A Educação como tema da Sociologia no Brasil encontra no texto do autor Anísio Teixeira um viés para ser analisado e debatido, com amplitude e dimensões históricas, refazendo percursos da sociedade brasileira desde sua formação colonial até os dias atuais. No começo o Brasil era um contraste com a Europa. Lá no velho continente vivia-se no século XVI o nascimento de uma nova ordem de pensar e viver no mundo, o Humanismo, vertente da Renascença, onde as experiências e as ciências explicavam as coisas. Cá no Brasil vivia-se nestes anos de 1500 ainda um feudalismo tardio, um patrimonialismo trazido pelos portugueses, um catolicismo medieval. Somente 300 anos depois, no século XIX, que o Brasil passou a respirar ares da modernidade, com a atrasada chegada da escolarização coletiva e da imprensa. Mesmo assim forjou-se, no decorrer dos séculos seguintes, um modelo dual de educação, ou seja, para a elite, os ricos, um formato, e para o povo, os pobres, outro formato de educação, visando mais a construção de trabalhadores para o mercado em formação, e não de intelectuais, tarefa esta que foi destinada para a elite que colocava seus filhos no comando da sociedade.

Anísio Teixeira destaca a questão da democracia e o princípio de igualdade. E salienta que:

*“A forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence”. (TEIXEIRA, 2009, P. 29)*

Este pensamento contraria a lógica aristocrática que, conforme Teixeira, entende que:

*“A inteligência está limitada a alguns que, devidamente cultivados, poderão suportar o ônus e o privilégio da responsabilidade social, subordinados os demais aos seus propósitos e a seus interesses.”(TEIXEIRA, 2009, P. 29)*

Teixeira afirma ainda que:

*“Esta última forma social, em todas as suas modalidades oligárquicas, foi a que prevaleceu, através da história, e a que ainda hoje prevalece em um sem-número de relações sociais, na família, na igreja, na indústria, no comércio e mesmo no Estado.” (TEIXEIRA, 2009, P. 29)*

Teixeira também afirma que:

*“O princípio da igualdade individual, proclamado como princípio fundamental da forma social democrática, porém não se baseia na igualdade psicológica dos indivíduos, mas em sua igualdade política, graças à qual lhes devem ser dadas oportunidades iguais de desenvolvimento e de participação social.” (TEIXEIRA, 2009, P. 29)*

No entanto Teixeira reconhece que:

*“A desigualdade dos indivíduos é fato incontestável.”  
(TEIXEIRA, 2009, P. 30)*

Este autor tenta desconstruir esta realidade visível com propostas e argumentos, no decorrer do texto, que levam o leitor a reflexões sobre o ato de educar em uma sociedade construída sobre tantas contradições sócio-econômico-cultural. Aborda a nova sociedade industrial, que explora o máximo as novas possibilidades financeiras em todos os campos; o papel do sistema educacional que se posiciona em privilegiar as concepções de forma de governo e economia liberal e individualista; a hegemonia do pensamento científico sobre a metafísica; e as tendências e implantações de ensino privado e público no contexto vivido pela sociedade brasileira em mutação.

A educação, sociologicamente pensando, passou a ser vista como um fator de ascensão social para cada indivíduo. Quanto mais formação técnica e profissional possa ter o sujeito, mais ele será aceito e integrado na sociedade, se beneficiando das vantagens sócio-econômicas possíveis no Estado liberal. Quando, no Estado liberal, dava-se ênfase à necessidade de implantação de educação para todos, diz Teixeira, este processo *“não visava tanto o direito legítimo de cada cidadão em ter educação, mas sim a conveniência de se preparar o homem para a indústria”*. (TEIXEIRA, 2009, P. 66)

Anísio Teixeira critica o que chama de *“educação de classe”*, dizendo que este tipo de educação destrói a essência da teoria democrática e fortalece a estrutura dualista da sociedade, com um tipo de educação para cada camada social. Porém não condena o processo pelo qual as oportunidades educativas se ampliaram dentro destas concepções utilitaristas e pragmáticas. Trata esta questão como um fato histórico, mas que pode ser revertido e assim aperfeiçoado o sistema educacional para as novas gerações.

Por fim Anísio Teixeira propõe uma unificação do sistema educacional, sem classificar por classes e interesses os indivíduos:

*“Por meio do qual os indivíduos distribuir-se-ão na escala social, de acordo com o desenvolvimento de suas potencialidades, sem nenhuma restrição de origem social.”*  
(TEIXEIRA, 2009, P. 67)

O autor conclui que:

*“É da essência e da pureza do processo educativo que ele se desenvolva sem outro prêmio que o do aproveitamento real do educando. O que importa não é o fato de ter alguém passado oficialmente pelo processo, mas os resultados reais operados no indivíduo em virtude do cultivo de suas potencialidades.”*  
(TEIXEIRA, 2009, P. 67)

Para mais ampla compreensão e justificativa da minha tese, reli e voltei a citar aspectos imprescindíveis abordados no texto *Brasil como problema – a mancha da nação*, da autora Helena Bomeny, do livro *Darcy Ribeiro – Sociologia de um indisciplinado*, e verifiquei o quadro histórico da formatação da educação. A nível mundial observando os modelos empregados na França e nos Estados Unidos da América, e, a nível nacional, como foi implantada e em que condições se deu este processo no Brasil.

Passo a observar os dois pontos que seguem, sobre a França e os EUA, pois a autora faz um paralelo sobre estes casos e o movimento da Escola Nova, ocorrido no Brasil.

O processo de montagem da educação na França foi centralizado no poder central de Estado-nação, para forjar uma unidade nacional com valores de igualdade proposto pela Revolução Francesa de 1789. Os franceses atribuíram à escola um papel fundamental para a integração nacional, estabelecendo entre alunos de diversas regiões

do país, *um elo cultural comum*, como afirma a autora. Processo semelhante foi implantado em alguns países da Europa que buscavam na educação uma evolução tecnológica e uma unidade nacional através da língua e dos valores culturais e morais.

Nos Estados Unidos da América, cada uma das 13 colônias e as diversas comunidades de migrantes que ultrapassaram de 40 milhões de pessoas nos séculos XVIII e XIX, montaram seus sistemas educacionais próprios. Estes sistemas eram autônomos, independentes de centralismo estatal, sem interferências externas de outras colônias, pautando a necessidade local e seus valores, muitos sociologicamente em construção. Os norte-americanos temiam que a educação sendo centralizada, correria o risco de ser influenciada por alguma ideologia autoritária e minoritária. Porém no século XIX foi implantado um sistema de escola básica gratuita para todas as crianças dos EUA, e o ensino secundário, com forte orientação prática e tecnológica, vigorava em todo território nacional.

Não pretendo me deter muito nesta construção dos sistemas educacionais em outros países, pois foram todos complexos, peculiares, porém, na maioria dos casos, com uma visão elitista e racista. Um processo vertical conduzido por elites pensantes da época, sem a devida discussão e participação de todos agentes educacionais; sem a crítica necessária no âmbito da totalidade no processo da formação da sociedade de classes, de mercado e meritocrática.

No Brasil, os primeiros passos da educação deram-se com os Jesuítas durante o período de colonização portuguesa, e também durante o império, com privilégios para a classe rica e dominante. Estes traziam professores para seus filhos, direto da Europa, e construíram algumas escolas de acesso apenas para a elite, excluindo pobres, negros e nativos.

A primeira Constituição da República, em 1891, determinou que estados e municípios fossem responsáveis pelo ensino elementar, ou seja, nos modelos atuais, pelo ensino Fundamental e Médio, e o governo federal pelo ensino superior. Uma pesquisa datada de 1906 mostra a realidade herdada do período colonial e imperial:

74,6% da população era analfabeta. Neste período somente os alfabetizados tinham direito ao voto, em torno de 25% da população. Sendo assim a elite tinha o controle da governança, além de possuir, logicamente, o poder e controle econômico.

O século XX foi marcado por muitas experiências de implantação de escolas no Brasil. A Igreja Católica liderou os investimentos em escolas privadas e os estados e municípios criavam escolas em cidades e áreas rurais, com precariedade e descaso. Somente em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde que iniciou uma série de campanhas para diminuir o analfabetismo. A ênfase nacionalista da época motivou a criação de Ligas pela educação popular, que desde os anos 20 já atuavam com paradigmas críticos no movimento conhecido como Escola Nova, através da Associação Brasileira de Educação.

Nestas primeiras décadas do séc. XX foram apresentadas muitas reformas educacionais e ocorreram muitos embates entre grupos distintos que defendiam seus pontos de vistas com referência à educação. Os reformadores, com seus ideais iluministas *versus* católicos com suas teses baseadas em tradições bíblicas.

Os *escolanovistas* se inspiravam em teóricos europeus e experiências norte-americanas. O surgimento de escolas estrangeiras no sul do país, onde eram cultuadas as línguas alemã, japonesa e italiana, foi repellido em nome da ideologia nacionalista em curso no país com a o chamado período histórico getulismo, ou era Vargas.

Porém todas estas teorias foram construídas de forma vertical, proveniente das elites que estabeleceram uma modernização conservadora, sem a participação ativa da classe dominada que foi “condenada” a receber currículos e “reformas curriculares” advindas da classe dominante. Esta prática dominante gerou um cidadão alienado, forjado nos bancos escolares.

O projeto de industrialização do Brasil demandou muito ensino técnico e profissionalizante que foi acessado pelos migrantes europeus que chegavam ao país. Os brasileiros descendentes africanos, que ficaram escravos por mais de 330 anos e

poderiam e deveriam ter sido inseridos no novo mercado de trabalho que nascia, foram mais uma vez excluídos. Neste aspecto verifica-se a questão do racismo estabelecida fortemente neste processo de construção da educação no Brasil.

Os sistemas de educação profissional, através de entidades empresariais como SESI, SENAC e SESC, desenvolveram-se na Era Vargas entre 1930 a 1945. Sempre no velho modelo tecnicista, conteudista, empurrando “conhecimentos” acumulados e consagrados, sem abrir espaço para críticas a respeito da montagem e evolução da sociedade. O paradigma da Educação Liberal cristalizou-se com hegemonia imposta e consentida.

Após a democratização dos anos pós-segunda guerra mundial aumentou a demanda por participação política no Brasil. Os anos 50 foram eleitos como a década do popular, com ares progressistas, programas pedagógicos culturais de conscientização política e mobilização popular agitaram o período. Surgiu a Pedagogia da Libertação, de Paulo Freire, e os movimentos ligados à partidos de esquerda, entidades estudantis e movimentos sociais. Esta efervescência só foi contida pela ditadura militar direitista imposta pelas armas, torturas e assassinatos a partir de 1964. O pequeno período de experiências de um modelo que propunha uma educação crítica e construída com a participação ativa da classe explorada, invertendo o paradigma dominante, durou pouco e foi combatido pelas forças reacionárias que dominaram o país durante 3 décadas, mesmo após o fim da ditadura militar e a instalação de governo civil, porém elitizado.

O Mobral, para alfabetizar adultos, foi um dos movimentos mais salientes do período militarista, ao lado da reforma universitária de 68 que adotou o modelo norteamericano. Também a institucionalização do ensino profissionalizante no segundo grau marcou esta época do período da ditadura até o final dos anos 80. A sociedade liberal necessitava de “homens inteligentes... mas não muito”, ou seja, precisavam “fabricar” técnicos para as novas tecnologias que surgiram, cientistas para desenvolvimento de produtos plásticos, engenheiros para as grandes obras, qualificando profissionalmente os filhos dos explorados, para dar continuidade à exploração em um

nível mais elevado de conhecimento. A pregação filosófica predominante foi a do utilitarismo preferencial, desenvolvendo o individualismo em detrimento do coletivismo. Soma-se a esta ideologia o fato da prática da meritocracia desde os bancos escolares infantis, passando pela adolescência, indo até os postos de trabalho e vida social.

Com toda esta dinâmica ocorrida na educação no Brasil no Século XX, chegamos ao final deste século com aproximadamente 10% de analfabetos, porém somente 14% da população possuindo escolaridade acima de 10 anos. Só para comparar, este índice de mais de 10 anos de escolaridade a França conquistou no fim do século XIX. Ainda assim a falta de qualidade, a precariedade de instalações e o acesso socialmente limitado, tornaram-se um desafio para a educação brasileira no início do Século XXI. Por isso os novos governos, a partir dos anos 2000, estão correndo para tirar esta defasagem e desvantagem, implantando novas políticas públicas e de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades, além de programas de incentivo à educação, como fundação de novas universidades em regiões distantes das capitais e programas como ENEM, Prouni, FIES e outros que insiram mais jovens e adultos no processo de aquisição de conhecimentos de saberes.

Vê-se que o Brasil optou pela centralização do ensino, modelo francês, ao contrário do ideário norteamericano e da Escola Nova, que idealizaram a descentralização dos processos educacionais, principalmente os currículos e metodologias pedagógicas. Porém a questão da introdução de uma pedagogia crítica e participativa voltou à tona nas academias e escolas do país. O saber acumulado e as metodologias pedagógicas passaram a ser discutidas por mestres e com inclusão de estudantes, na tentativa de revigorar a educação. Ainda que em baixo índice no processo geral, esta tendência de rever, discutir e replantar, se fortalece e ganha espaço no contexto do campo educacional.

Os novos tempos estão no caminho e as observações nos provocam. O que queremos e o que podemos contribuir para uma melhoria da educação no Brasil? Os estudos sociológicos nos mostram as opções e pesquisam as tendências em curso na realidade brasileira. No entanto, esta tese, deste trabalho de conclusão de curso, foge da neutralidade pedagógica e assume um caráter revolucionário, de fazer do espaço educacional uma trincheira para as batalhas ideológicas rumo à conquista de uma sociedade mais humanizada e menos monetarizada. A aula de Sociologia no Ensino Médio pode não mudar o mundo, mas propõe mudar o sujeito e suas atitudes e ações dentro da concepção de um mundo mais coletivizado, com menos egoísmo e mais solidariedade, sem a ganância desenfreada do lucro e a competição permanente como cotidiano. Diante de tantas diferenças sociais visíveis e causadoras de conflitos e violência na sociedade, justifica-se a tomada de posição ideológica do professor de Sociologia; afinal a dita neutralidade é, na verdade, uma posição ideológica que ratifica a situação dominante.

## 02 - Sociologia no Ensino Médio Brasileiro

Não poderia avançar neste Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais sem fazer uma breve consideração sobre o histórico da disciplina Sociologia no processo educacional brasileiro. A obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Brasil deu-se por assinatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, que no capítulo II, da Educação Básica, seção IV, do Ensino Médio, no artigo

36, determina na diretriz IV que “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.” Esta determinação foi incluída na Lei 11.684, de 2008 e passou a vigorar em todo território nacional, obrigando as escolas de Ensino Médio a incluírem em seus currículos aulas de Sociologia e Filosofia, em todas escolas, públicas e privadas. As aulas que fazem o aluno pensar na sua condição na sociedade.

A meu ver a construção desta obrigatoriedade foi uma das mais importantes decisões nas últimas décadas para a democratização do espaço escolar brasileiro, e, conseqüentemente, para o avanço da tese de uma pedagogia crítica e participativa. Vejamos algumas considerações que produzi no decorrer da graduação e trago para este trabalho.

Para entendermos a importância do ensino de Sociologia na escola, precisamos antes visitar o aspecto histórico deste processo.

A disciplina de Sociologia teve como primeiro professor o teórico Émile Durkheim, em 1887, na França. Porém, conforme o professor Paulo Meksenas, a disciplina não é uma novidade no Brasil, pois desde 1890, no início da República, Benjamin Constant já propunha uma reforma na educação e incluía esta disciplina como parte do currículo. A intenção acabou por não sair do papel. Mas a partir de 1931 a Sociologia nas salas de aulas tornou-se obrigatória, no primeiro governo de Getúlio Vargas, que a manteve nos currículos até 1942, quando foi tirada na reforma educacional do ministro Capanema, em pleno Estado Novo, período ditatorial de Vargas.

Em 1950 aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia quando o sociólogo Florestan Fernandes propôs a inclusão novamente da disciplina nas escolas, como *“forma de entender a nova sociedade em formação no Brasil”*.

Em 1964, com o evento da Ditadura Militar, a Sociologia foi tirada definitivamente dos currículos escolares, sendo mantida apenas no ensino de Magistério, com restrições à crítica.

A partir de 1996, através da LDBEN aprovada, a Sociologia começou a figurar como disciplina nos currículos do Ensino Médio (Art. 36 – Diretriz IV). Porém se empreendeu uma luta por parte dos sociólogos para que a Sociologia se tornasse obrigatória nas escolas de Ensino Médio em todo o Brasil, conquista ocorrida em 2008, através da Lei 11.684, depois de muita articulação no Congresso Nacional e no Ministério da Educação.

A partir desta data começou a implantação destas disciplinas obrigatórias nas escolas, porém com dados que nos demonstram a falta de profissionais especializados nesta ciência.

As pesquisas realizadas pela Professora Luiza Helena Pereira, no início da segunda década deste século, doutora pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos revelam que apenas 15% dos professores que aplicam aulas de Sociologia no estado do Rio Grande do Sul, são formados em Ciências Sociais. Porto Alegre, conforme pesquisa da professora Luiza Helena, o índice sobe para 27%, sendo que ainda assim uma margem de aproximadamente 70% dos professores que estão em aula aplicando a disciplina de Sociologia possui formação em outras licenciaturas, como História, Geografia, Letras, Pedagogia, etc, dependendo da necessidade da escola para cumprir a obrigatoriedade curricular.

Sendo assim podemos observar que a própria comunidade escolar ainda não se adequou a esta realidade, necessitando ampliar o debate e as decisões. Será um grande desafio para a área da Sociologia nas escolas. Porém já estão sendo organizados nas universidades cursos de especialização para professores graduados em outras disciplinas da área humanas, para que estes possam ministrar aulas de Sociologia, a fim de cumprir a legislação e atender a demanda. Muitos acadêmicos de Ciências Sociais se posicionam contra estes cursos de especialização por entenderem que a capacitação para esta disciplina se dá através do curso completo e presencial de oito semestres e aprofundamento nos estudos teóricos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Para que possamos aplicar aulas de Sociologia no Ensino Médio, com pedagogia crítica e participativa, devemos conhecer quem é, de fato, o aluno. Na grande maioria, é o contingente de dezenas de milhões de adolescentes entre os 15 e os 17 anos, sendo alguns na faixa de até os 18 anos, conforme dados do MEC e várias instituições que pesquisam este tema.

Nas escolas públicas estes jovens pertencem à classe C da sociedade, filhos de trabalhadores de vários setores, meninos e meninas que se encontram na etapa que chamo de “encruzilhada da vida”, quando o jovem chega de uma fase da infância que acaba, mas traz registros psicológicos marcantes. Estes adolescentes estão na efervescência das ideias e sentimentos, porém o modelo padrão da sociedade moderna coloca este jovem frente ao dilema de progredir economicamente como profissional e ter qualidade de vida; questões que são forjadas na mente destes alunos no processo educacional tradicional. O mesmo ocorre aos jovens desta etapa que pertencem às classes sociais A e B, filhos de burgueses e burocratas, que frequentam escolas privadas, porém num nível mais sofisticado, com melhores equipamentos e ambientes. Ambos, jovens das classes A, B, C, D, E estão na fase das conquistas e aventuras, porém com uma crucial decisão a tomar frente à chegada de outra etapa da vida, a fase adulta, e a entrada para o mercado. Trazem na mente uma forte carga de naturalização do consumismo, feita pela “mediatização” da vida, onde tudo parece um sonho bom.

Neste momento é que o professor sociólogo entra em ação pedagógica para explicar este processo de construção histórica e ideológica da sociedade, e querer desconstruir estes paradigmas consolidados pelo pensamento hegemônico e dominante na sociedade liberal, a fim de fazer uma crítica ao status estabelecido e propor mudanças possíveis para melhorar as condições de vida da maioria da população, sem injustiças sócio-econômicas produzidas. Começa neste momento o processo mais agudo de transformação do jovem dependente e alienado em um cidadão consciente.

Neste contexto, para concebermos a aplicação de uma pedagogia crítica e participativa, temos que, necessariamente, observar, conhecer e entender os espaços e

ambientes escolares onde vamos atuar. As condições das escolas de Ensino Médio são relativas às suas comunidades, ou seja, escolas públicas em bairros pobres apresentam mais dificuldades com falta de ferramentas como boas salas de aulas, equipadas com tecnologias atualizadas. Também os salários dos professores e trabalhadores da educação são baixos e causam estresse e outros problemas de saúde, prejudicando o trabalho conjunto e planejado das instituições.

Nas escolas privadas existem melhores instalações físicas, mais equipamentos nos laboratórios e salas de aulas, além do aluno de poder aquisitivo maior poder ter computadores próprios em mãos. Porém a questão salarial dos trabalhadores e professores das escolas privadas também não é ideal para as necessidades dos mesmos, causando descontentamentos entre estes profissionais que estão sempre buscando conhecimentos e titulações de qualificação em diversas áreas, especializando-se para melhores soluções na educação.

A realidade da aplicação de aulas de Sociologia no Ensino Médio é, no meu entender, introdutória, depois de várias etapas de construção da obrigatoriedade e implantação deste processo. A realidade nos mostra que a falta de professores graduados em Ciências Sociais dentro das salas de aulas das escolas para cumprir a necessidade de carga horária é um problema de qualidade. Conforme pesquisas, o estado do Rio Grande do Sul possui apenas em torno de 15% de professores graduados em Ciências Sociais aplicando aulas de Sociologia, sendo que o município de Porto Alegre tem o maior índice, de aproximadamente 27% de professores licenciados em Ciências Sociais aplicando aulas de Sociologia nas escolas locais. Estes números estão distantes da necessidade de se cumprir a legislação que determina que somente graduados em Ciências Sociais devam ministrar a disciplina de Sociologia. O avanço destes índices deverá resultar em aumento da aplicação da prática de pedagogia crítica e participativa através de novos professores de Sociologia que são formados anualmente nas universidades e faculdades de licenciaturas.

Nas escolas, aos poucos, os alunos vão tomando contato com esta nova ciência que estuda a sociedade e seus fenômenos. A variação de metodologias para aplicação desta obrigatoriedade curricular, a falta de especialização da maioria dos profissionais, causaram uma ausência de unidade de conteúdo. A partir da publicação pelo MEC, em 2010, de dois livros didáticos de Sociologia, distribuídos gratuitamente para todos os alunos do Ensino Médio, nas escolas públicas, começou um processo de unificação de conteúdo curricular. Nestes livros didáticos a história da Sociologia é apresentada com linguagem adequada ao conhecimento do aluno do Ensino Médio, apresentando os autores clássicos, Marx, Weber e Durkheim, fundadores, e também os contemporâneos Bourdieu, Elias e outros, incluindo a sociologia produzida pelos autores brasileiros como Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda; com inclusão de textos literários, fotos históricas, letras de músicas e desenhos ilustrativos. Começa assim, com a leitura destes livros, somado às aulas expositivas e mostras de vídeos de caráter sociológico, o verdadeiro contato do aluno e do professor com a prática educacional de Sociologia no Ensino Médio brasileiro. A Sociologia passa a viver um novo momento no país.

Na condição de defensor desta tese de aplicação de uma pedagogia crítica e participativa, procuro ao longo deste trabalho, através das minhas reflexões e minhas experiências teóricas e práticas vividas nos dois períodos de estágio, reconfirmar em mim e passar adiante esta concepção da importância da práxis pedagógica deste paradigma educacional, com crítica e posicionamento ideológico diante da realidade e da barbárie contemporânea que se estabelece na sociedade liberal.

## 03 – Por que uma práxis pedagógica crítica e participativa?

Para responder a pergunta de por que ensinar Sociologia no Ensino Médio utilizando-se de uma práxis pedagógica crítica e participativa entendo que é necessário conceber que os professores de Sociologia devem mobilizar a comunidade escolar para dinamizar e tornar realmente democrático e participativo este ambiente. As revisões pedagógicas previstas nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das escolas são instrumentos concretos para exercitar a democracia escolar, chamando para debates e encaminhamento de propostas relativas a formatação dos PPPs dentro das demandas possíveis. O professor de Sociologia deve e pode realizar seminários envolvendo alunos, professores e funcionários da escola para debaterem problemáticas e alternativas de soluções coletivamente, organizadamente. Este deve ser um começo para haver o “espírito” da participação e avançar em outros aspectos que levem a comunidade escolar a um movimento permanente.

Além deste envolvimento mais amplo da comunidade escolar como participante do complexo sistema de educação vigente, compreendo que a proposta de fazer os alunos agentes de uma construção de entendimento a respeito da importância da disciplina de Sociologia é válida e aplicável. A experiência empírica do cotidiano coloca o aluno em contato direto com a pesquisa sociológica que pode ser realizada entre seus familiares, amigos, colegas e pessoas do entorno da escola que estão interligadas aos objetivos escolares. Esta é uma maneira de aplicar a pesquisa social

dentro da escola, conforme propõe o teórico Marcos Bagno, para haver ampla participação.

Ao realizar estágio em escola pública estadual no turno da noite analisei sobre a formação escolar neste nosso tempo de início de século XXI e sua importância para formatar ideias, ideais e objetivos de vida. O jovem de hoje, como também de outros tempos, está em uma “encruzilhada da vida”, ou seja, passando da infância sem compromissos para uma fase em que começam a pesar sobre “seus ombros” a responsabilidade social. No entanto hoje este jovem sofre a influência da sociedade altamente tecnológica e digital que interfere em suas ações e atitudes constantemente. Isto se reflete dentro do espaço escolar que tem características sempre inovadoras e que definirá o perfil do cidadão que será em breve tempo um responsável por família e cargos profissionais.

Diante desta problemática tentamos no exercício pedagógico desconstruir preconceitos e intolerâncias herdadas pelos alunos nas suas relações anteriores com grupos sociais diversos, como família, escola primária, associações e outras instituições que de certa forma influenciaram na formatação de suas mentes e conseqüentemente seus comportamentos no convívio em sociedade. Esta reprodução milenar é uma forte carga intelectual que precisa ser considerada, porém debatida, criticada, para que se possa reconstruir conceitos de cidadania e de tolerância quanto às diferenças existentes entre os humanos, no sentido de propiciar um convívio sem traumas e com paz.

Neste sentido a proposta privilegia o entendimento, a compreensão da sociedade, incluindo seus aspectos bons de avanços sociais e científicos, porém levando o aluno a uma reflexão crítica do lado ruim que deve ser eliminado do convívio social para que haja mais solidariedade e igualdade entre as pessoas no mundo todo.

Acredito que a disciplina de Sociologia, aplicada de forma crítica e participativa, pode proporcionar este debate e desconstruir ideologias egoístas e causadoras de males no planeta, mostrando caminhos melhores para se transformar o mundo em um espaço

melhor, com mais justiça social. Para que esta sociedade nova exista, grandes transformações políticas e econômicas devem ocorrer, e cada aluno, cada professor, deve fazer parte deste processo de mudanças, começando pela conscientização de classe de cada indivíduo.

Coloquei esta posição nas aulas que ministrei durante o estágio, obtive resultado positivo por parte dos alunos que se interessaram pelos conteúdos e temas das aulas e valorizaram o aspecto crítico com relação ao que está posto em suas vidas até hoje. Dentro de cada adolescente existe um revolucionário em potencial, porém mal conduzido, fragmentado pela complexidade da sociedade, não percebendo a totalidade do processo de alteração da ordem social, política e econômica. Este jovem deve ser incorporado ao processo de transformação em andamento nas sociedades, lentamente, com novas dinâmicas políticas, seguindo o processo dialético, com novas tecnologias, mas presente no desenvolvimento humano na linha do tempo. Começa neste espaço o movimento da emancipação cidadã. E o professor de Sociologia contemporâneo deve ser um dos vetores propulsores destas transformações históricas em curso.

Todas as transformações sociais iniciaram a partir dos movimentos envolvendo jovens, ou seja, alunos na sua maioria. Consagrados pensadores da humanidade salientaram a importância dos jovens nos processos revolucionários:

*“(...) A hegemonia burguesa foi prontamente contestada por jovens rebeldes, entre os quais figuravam trabalhadores, filósofos, poetas, socialistas utópicos, libertários, cuja visão de mundo romântica ousou manifestar sua recusa da ordem através de questionamentos, procura e lutas. (...) As mais importantes delas, sem dúvida alguma, representadas nas revoluções operárias de 1848. (...) Um breve retrospecto histórico talvez ajude a recompor as necessidades e motivações especiais desta fase de formação do indivíduo, avessa à retórica e propensa à ação libertária. Aristóteles, por exemplo, dedicou atenção especial à juventude atribuindo-lhe importante papel político,*

*sobretudo nos momentos mais intensos de transição. (...) Os jovens também protagonizaram os romances de educação burguesa desde Emílio a Wilhem Meister. Rousseau, Schiller, Goeth, Stendhal, Balzac, Dickens reconheceram o potencial insurgente da juventude –burguesa e proletária. Ou seja, literatos da revolução deram sentido sócio-histórico à impetuosidade revoltosa dos jovens que atraíam a atenção enquanto ativos participantes de uma revolução social. (PINASSI, 2009, p. 109-110)*

Para chegar a decisão de optar por uma teoria que propõe a tomada de posição de um cientista social diante das experiências da sociedade em sua trajetória histórica, precisei analisar o oposto desta opção. Sendo assim passo a mostrar a importância que o autor alemão Max Weber dá para a sua tese de neutralidade axiológica, ou seja, neutralidade do cientista social, ao produzir teorias sociais, sem emitir juízo de valor. Para compreender melhor esta lógica fiz a leitura do denso texto “*O sentido da neutralidade axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas*”, do livro *Metodologia das Ciências Sociais*, de Max Weber. Como literatura complementar e essencial para melhor compreensão do tema, utilizei o texto “*Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica*”, da autora Raquel Andrade Weiss, 2013, e o esquema gráfico textual em formato *power point* elaborada pela mesma autora para exposição do tema “*A relação entre Conhecimento e Valores na Obra de Max Weber*”. Portanto, munido destes instrumentos teóricos, parti para uma compreensão e uma tomada de posição sobre o tema, ou seja, fazer juízo de valor sobre a questão.

Weber salienta que é próprio da natureza humana querer atribuir sentido a todas as coisas. No entanto esta afirmativa gera uma cadeia de consequências que nos faz refletir a respeito da atribuição de sentido à ação, a dependência do sentido da ação ao sistema de valores últimos, o enraizamento da ação humana em valores múltiplos, e o conceito de que conhecer é um tipo de ação, sendo assim é algo que também contém valores. Estas conexões weberianas para entendermos o círculo dos valores e ações, nos

levam ao que se chama na academia de Tese da Imbricação entre conhecimento e valores. Weber faz uma ruptura com a chamada Filosofia dos Valores e propõem o conceito de que a humanidade deve optar por *“uma nova maneira de pensar a relação do homem com os valores, valores que deveriam perder o status de absolutos”* (Weiss, 2013). A partir deste ponto começa a formatação da ideia de neutralidade axiológica nas Ciências Sociais.

Muitas teorias em debate, desde o Historicismo Alemão, passando pelo Neokantismo Crítico, da Escola de Baden, diálogos com os pensamentos de Dilthey, Simmel, Windelband, Rickert, compartilha teses sobre “relação a valor” e “juízo de valor”, e *“recusa tese da validade universal dos valores que determinam a escolha do objeto de pesquisa”* (Weiss, 2013).

Conforme a autora Raquel Andrade Weiss, Max Weber pensa o seguinte:

*“Aderir a um valor implica escolher um dentre vários valores possíveis; por isso não se pode mais aderir a um valor sob pretexto de haver encontrado algum (valor) que seja absolutamente verdadeiro. Portanto, o mundo de valores, que para Rickert constituía uma conexão sistemática dotada de coerência interna, torna-se, para Weber, um mundo caracterizado pela multiplicidade irreduzível e pela luta constante”* (Weiss, 2013).

Partindo destes princípios Weber estabelece que as Ciências Sociais não podem usar recursos que exijam posição valorativa, e que seus argumentos e hipóteses devem ser fundamentados em explicação causal, e que a ciência não pode fazer juízo de valor. Com isso em andamento nas concepções teóricas chegamos a resultados weberianos que contribuem muito para reflexão e debate nos vários campos do conhecimento. A opinião de Weber, por exemplo, de que “os valores do próprio cientista são o ponto de partida

necessário da própria investigação científica”, pode ser contestada, pois nem sempre é necessário partir da essência de valores do cientista para se começar uma pesquisa; porém a opinião dele (Weber) de que “toda forma de conhecimento é sempre atrelada a um sistema de valores” parece ser incontestável, mesmo assim, ainda não podemos fazer um juízo final de valor se existe uma multiplicidade de valores e de supostas verdades absoluta no universo do pensamento.

Weber, por fim, apresenta sua tese de neutralidade axiológica salientando que “*a Ciência Social não deve defender valores últimos, pois estes não podem ser descobertos pela ciência. (Weiss, 2013)*” E para obter aceitação deste argumento apresentou justificativas ontológicas, metodológicas, históricas, lógicas, epistemológicas e éticas. Observa-se, entretanto, que existiu o cuidado de Weber em pensar que “*se à ciência não cabe emitir juízo de valor, também é preciso lidar com o fato de que os valores são seus objetos.*” (Weiss,2013)

Neste embate de ideias concluo que a concepção de Weber em ver o papel da Ciência Social e sua atribuição com relação aos valores, ações e juízo de valor, pode ser relativa, partindo do próprio princípio weberiano que nos limita a dar um veredicto final sobre este tema e outros.

Para o sociólogo Émile Durkheim a Ciência Social deve explicar o fato social, os juízos de fato e fazer juízo de valor, opinar, dar seu veredicto. Ao contrário de Max Weber que entende que a Ciência Social deve compreender o fato social, seus juízos de fato, mas não tecer um juízo de valor com causa final, pois, para Weber, a multiplicidade de valores, intrínsecos em um mesmo fato social, não permitem ao cientista social dar um veredicto, fazer o juízo de valor, ou seja, o juízo final, a verdade absoluta, pois esta, a verdade única ou final, não existe, é apenas suposição do conjunto de sistemas de valores que se chocam infinitamente.

Pensando assim, chegamos ao paradoxo de que a busca pela causa final de uma pesquisa sociológica nunca terá fim. No entanto esta concepção não impõe ao professor sociólogo, ou o cientista social, que este não possa tomar uma posição diante de um fato

social. Esta concepção sobre este tema, mais flexível, permite ao sociólogo e ao professor de sociologia, que façam juízo de valor, tomem posições ideológicas e apontem alternativas para as problemáticas analisadas.

Ora, se o capitalismo ocidental pós-moderno e financeiro gera tanta desigualdade social, criando cenários de regiões miseráveis e violentas, sem estrutura e tecnologia, e, ao mesmo tempo possui países ricos e desenvolvidos que controlam as economias no mundo todo, sendo assim, acho justo que o professor de Sociologia se posicione ideologicamente. Este professor vai mostrar aos seus alunos um modelo de sociedade oposto ao em que vivem ele e seus alunos. Para isso vai ter como modelo uma sociedade onde impere a economia socialista, uma política social coletivista, com limite da propriedade privada, etc. Este professor terá como referência teórica e instrumento para suas aulas os textos clássicos da sociologia sobre o Socialismo Científico, sobre a extração da mais valia, etc, assinados por Karl Marx e Friedrich Engels. Estes conceitos de uma sociedade socialista com crítica permanente para se obter resultados de melhor qualidade de vida para todos membros da sociedade, devem ser repassados, estudados, analisados e entendidos pelos alunos, para que então eles façam o juízo de causa e de valor sobre a realidade explícita em que vivem, optando, enfim, por um dos modelos postos: capitalismo vigente ou socialismo a construir.

Não podemos esquecer que as pedagogias tradicionais, clássicas, de apenas reprodução de conteúdos, sem abrir espaço para a crítica e sem a devida e democrática participação da comunidade escolar, é o que mais se pratica na educação brasileira em todos seus níveis, desde os primeiros anos de escolaridade até as cátedras universitárias. Com base nestes elementos e análises que dedico meu tempo a pregar esta práxis pedagógica libertadora, democrática, participativa e permanentemente crítica.

## 04 – Metodologia e Pedagogia em prol da Revolução sócio-econômica

Parece utopia, mas não é, não pode ser encarado como sendo, pois, se assim for, estaremos perdendo tempo da vida, dando aulas apenas para cumprir carga horária e despejar conteúdos programados e preparados desde muitos anos atrás; Pelo menos no campo da Sociologia, que é nosso objeto no presente Trabalho de Conclusão de Licenciatura.

Diante do exposto nas páginas anteriores, a respeito da tomada de posição ideológica do professor sociólogo, passamos ao ponto da metodologia/pedagogia a ser aplicada nos contextos escolares contemporâneos no Brasil.

Método, conforme os dicionários, *“é um processo racional para chegar a determinado fim; maneira de proceder; ordem ou sistema no estudo ou ensino de qualquer disciplina; processo ou técnica para chegar ao conhecimento ou demonstração da verdade. Metodologia é a arte de dirigir o “espírito” na investigação da verdade; tratado dos métodos. Pedagogia é a arte de educar crianças; ciência da educação de crianças; Pedagogismo é sistema ou processo de pedagogo, métodos pedagógicos; e pedagogo é aquele que exerce a pedagogia ou trata dos métodos de educar e ensinar.”* (TERSARIOL, 1996)

Sendo assim, podemos crer que, ultrapassado o dilema da tomada de posição diante dos fatos históricos e da realidade contemporânea, a fase a seguir é a práxis de metodologia e pedagogia, ou melhor, invertendo as posições das palavras para ordenar

seus conceitos, é chegada a hora de aplicarmos pedagogia e metodologia compatíveis com nossos objetivos.

Ora, se entendemos que o mundo está injusto para a maioria da população, que este processo histórico precisa ser revisado e corrigido em sua rota, que o modelo liberal de capitalismo financeiro pode e deve ser superado, então devemos organizar nossa agenda de conteúdos e temas que sejam compatíveis com este pensamento. O professor deve assumir e passar para os seus alunos a postura de revolucionário, humanista, e não de salvacionista, conforme querem esterotipizar os adeptos da educação conservadora.

O pedagogo Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, confirma esta premissa com as seguintes palavras:

*“ (...) Se os homens são estes seres da busca e se sua vocação antológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a ‘educação bancária’ pretende mante-los e engajar-se na luta por sua libertação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. No pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.” (FREIRE, 2012, p.68)*

Um educador, neste sentido, neste entendimento, trata a educação como sendo um instrumento de transformação, de inclusão, de discussão e de reparação, para que a sociedade tenha melhorias coletivas e equidade social.

Sendo assim, não podemos negar que este professor é um educador revolucionário, engajado aos projetos de profundas mudanças nos fundamentos econômicos, políticos, culturais e sociais da sociedade. Na verdade ele quer e faz

pregação no ambiente escolar para a derrubada das práticas do liberalismo, do capitalismo, introduzindo na mente de seus alunos, através da crítica e da compreensão dos fatos, suas causas e conseqüências, que é possível construir uma nova sociedade. E para isso acontecer é necessário desconstruir valores simbólicos construídos na cultura ocidental consumista. Uma tarefa árdua, com muito diálogo e exercícios sociológicos, filosóficos e psicológicos. O professor sociólogo tem que ampliar seu espaço de atuação intelectual, para poder articular e conectar suas intenções com as dos seus alunos. Este processo é de constante participação, busca da compreensão, como queria Weber, encontro da explicação, como desejava Durkheim, e constante crítica como pregou Marx.

Dentro deste contexto as aulas devem conter temas e textos que agradem os alunos pela maneira que são abordadas, através de exposição oral com muitos dados históricos e argumentos fundamentados. Porém as aulas podem conter também mostras de vídeos sociológicos para posterior debate sobre os conteúdos assistidos. Outra opção de aula participativa pode ser a saída de campo, ou seja, visitaçao do professor com os alunos aos parques, ruas, praças, igrejas, centros culturais, prédios e locais históricos. Dentro desta perspectiva enumerei alguns temas como exemplos para apresentar neste trabalho:

Um exemplo que podemos trabalhar é o tema do lucro. Os alunos têm em mente o lucro como sendo o principal mecanismo na economia. A ideologia dominante e hegemônica no mundo ocidentalizado, o capitalismo, impõe a tese de que o lucro é “natural” e imprescindível, sem abrir espaços amplos na mídia e na escola para uma discussão mais aprofundada sobre a origem, a trajetória histórica e as conseqüências do lucro no contexto econômico-social. Por isso devemos propor em sala de aula o exercício de crítica social e econômica, aplicando a teoria crítica como base referencial para a reflexão e a crítica da sociedade.

Para melhor clareza coloco aqui um exemplo de metodologia de aula a ser aplicada para os alunos do Ensino Médio:

Formação de grupos de alunos para desenvolverem tarefas de pesquisa em livros e internet a respeito do tema “lucro”. Pesquisar a origem da palavra e da ideia, a trajetória histórica e cultural da implantação deste processo do lucro na “ordem dos séculos”, pesquisar fontes que mostrem resultados e consequências gerados pela instituição lucro nas sociedades moderna e contemporânea. Observe que neste exemplo desenvolve-se metodologia de pesquisa com ferramentas atuais, como a internet.

Seguindo o curso da aula temática pode-se elaborar um projeto de orçamento de produção, separando as cifras do lucro, resultante do preço de mercado, das cifras de gastos com pagamento de trabalhadores, matéria prima, serviços administrativos e logísticos, manutenções e reinvestimentos nos processos produtivos. Estas equações vão gerar resultados que devem ser analisados para que os alunos tomem posições a respeito do tema e passem a outra etapa da aula, ou seja, responder textualmente as seguintes perguntas: É possível um sistema econômico sem o lucro como referência? A humanidade pode fazer uma mudança de paradigma para melhorar a remuneração dos trabalhadores e eliminar o lucro na produção de bens como principal referência?

Cada grupo deverá apresentar por escrito os resultados de suas pesquisas e discussões, emitindo, na conclusão, juízo de valores, uma opinião obtida na decisão da maioria (mais de 50% dos integrantes do grupo).

Este exercício é uma avaliação crítica do pensamento dos alunos a respeito de sociedade, produção e economia.

Outra atividade possível e necessária nas aulas de Sociologia é a visitação a museus, a fim de entrar em contato visual com a memória de um passado que determinou práticas hoje naturalizadas pela sociedade; para que cada aluno possa anotar o que mais lhe despertou atenção e o porquê, e tomar a iniciativa de tecer críticas a respeito desta História.

As atividades de aulas de Sociologia devem ser construídas em conjunto com os alunos, buscando neles a metodologia que gostariam para absorver melhor o conteúdo e o objetivo da disciplina. A criatividade surge na oportunidade e deve ser aplicada.

Sempre contextualizando, porém mantendo o foco no projeto a que se destina este estudo de Sociologia.

Outro exemplo de tema proveniente do senso comum que deve ser debatido em aulas de Sociologia no Ensino Médio é a instituição de cotas para ingresso nas universidades públicas. A tarefa sociológica será pesquisar o tema e debater. As aulas podem ser metodologicamente ministradas da seguinte forma:

Formação de grupos de alunos para que pesquisem as perguntas formuladas.

Responder as seguintes perguntas, após pesquisa:

Quais as modalidades de cotas existentes no Brasil? Citar a Legislação.

Quais objetivos das cotas? Especificar textualmente cada modalidade (cotas para afros-descendentes, indígenas, alunos de escolas públicas e de baixa renda).

Entrevistar os pais, familiares, amigos e vizinhos sobre o que eles pensam sobre as cotas.

Apresentar trabalho em seminário na sala de aula com resultados das pesquisas e respostas das perguntas, e conclusão sobre o tema tirada democraticamente (maioria de mais de 50%) após debate dentro dos grupos. Apresentar os trabalhos em aula.

Trabalhos dos grupos serão avaliados para compor o conceito do trimestre.

Esta metodologia participativa faz com que o aluno sinta-se protagonista da aula, buscando resultados e criticando estes resultados, gerando um conhecimento e uma opinião a respeito de temas complexos que não são abordados com reflexão crítica nos espaços informativos da sociedade.

Entre os temas que devem ser abordados para que os alunos percebam o que é a sociedade e quais as forças que atuam para a formação da sociedade, e como podemos melhorar as condições sociais da maioria da população, estão os temas a respeito do consumo e da comunicação. Apresento neste campo alguns exemplos de aulas que utilizei no meu estágio docente e podem colaborar para o debate sobre o assunto e assim gerar o “espírito” crítico do aluno:

02 - TEMA: CONSUMO

03 - OBJETIVO GERAL: Refletir sobre consumo.

3.1 - OBJETIVO ESPECÍFICO: Exercitar o senso crítico.

04 - CONTEÚDO: Texto sobre a história do consumo, desde os primórdios da humanidade, até a contemporaneidade.

05 - DESENVOLVIMENTO DO TEMA: Leitura do texto de abertura da aula, com participação oral dos alunos lendo trechos do texto em voz alta para todos; explicação do conteúdo que aborda o texto; colocação no quadro dos itens de consumo apontados e classificados pelos alunos; colocação das questões solicitadas no quadro para exercício do tema.

06 - RECURSOS DIDÁTICOS: Quadro, pincel, cadernos, canetas, exposição oral, debate sobre o tema, distribuição de texto para leitura e respostas das questões.

07 – AVALIAÇÃO: Cada aluno deverá responder as 2 questões/atividades propostas, para uma avaliação qualitativa do professor com relação ao tema desta aula.

1ª ATIVIDADE: Leitura do texto de abertura da aula.

#### *O BILENAR E NATURAL HÁBITO DE CONSUMO*

*Podemos dizer que o consumo acompanha o ser humano desde sua origem como habitante deste planeta. Há mais de milhões de anos os humanos consumiam as frutas pendurados nos galhos da Terra. E compartilhavam e também brigavam pelos frutos quando estes escasseavam. Passados alguns milhões de anos os humanos desceram das florestas e pisaram a terra. Continuaram consumindo o que coletavam pelo caminho. E caminharam milhares de anos pelo planeta, se deslocando e consumindo, não havia moeda única, era um consumo compartilhado, com troca de produtos, porém sempre houve a disputa por produtos catados, caçados ou pescados. O homem dominava aos poucos a natureza e tirava dela produtos para o consumo.*

*Passaram-se milhões de anos, milhares de civilizações em todos os cantos da Terra, e sempre houve o consumo. As necessidades humanas para enfrentar o frio, o calor, as chuvas, tempestades, animais e outras ameaças à sua existência, fez com que a humanidade aprimorasse as formas e sistemas de produzir para consumir. Surgiram as roupas, as habitações fora das cavernas e árvores, a domesticação de animais e plantas, as técnicas de manuseio do fogo, para produzir alimentos e para produzir armas com o ferro manipulado. Milhões de anos de guerras, milhões de humanos assassinados e insultados com a escravidão e expropriação de terras, em múltiplas épocas em todos os continentes. Os dominadores pela violência das armas fundaram as*

*idades, as regras, as moedas, as leis, o mercado e os padrões para legalizar o consumo.*

*A modernidade gerou a industrialização e o capitalismo, e a partir deste momento na História da humanidade o consumo passou a ser o objetivo principal dos humanos, que passam a maior parte de suas vidas, milhares de dias, trabalhando para que possam ter moeda para consumirem o máximo possível. Esta atitude virou ideologia. Transformou-se em filosofia de vida de multidões.*

*Hoje a Terra possui 7 bilhões de habitantes, 90 % viciados e entorpecidos pelo desejo de consumo. Vivemos a sociedade do consumo pleno. Bilhões de opções de produtos, em lojas e redes virtuais. Nada falta e tudo pode ser consumido. Porém o consumo contemporâneo está complexamente classificado em faixas salariais, entre os trabalhadores, entre a classe burguesa em seus níveis, e entre os vários níveis de burocratas, políticos e militares. Uma sociedade fragmentada em múltiplos setores sociais e com suas diferentes realidades econômicas.*

*Neste contexto vivemos a realidade do consumo. No entanto, mesmo com o giro de trilhões e bilhões de moedas no planeta, com todo avanço tecnológico, científico, cultural e administrativo que a humanidade alcançou nos últimos 3 bilhões de anos relatados, ainda assim encontram-se milhões de pessoas sem possibilidade de consumo, sem possibilidade de consumirem alimentos, remédios, roupas, transporte, moradias, aparelhos tecnológicos, passeios e outros prazeres. Centenas de milhões de pessoas ainda estão fora do processo de consumo. Bilhões só consomem o básico para a sobrevivência. Alguns milhões de humano consomem os luxos da sociedade, produzidos pela maioria que não tem acesso a estes produtos. Existe uma complexidade e uma discrepância neste tema que podemos refletir agora. (Autor: Vladimir Cunha)*

2ª ATIVIDADE: Copiar e responder as seguintes questões:

*(Tarefa individual, escrita no caderno, para entregar respostas em folha separada e assinada para avaliação.)*

*Questão 01-* Fazer uma lista com 10 produtos e serviços que julguem necessários para a sobrevivência humana, e outra lista com 10 produtos e serviços de consumo que julguem desnecessários para a sobrevivência do ser humano.

*Questão 02-* Apontar sugestões para melhorar a igualdade entre os consumidores do planeta, para que todos possam ter possibilidade de consumo de todos os bens e serviços produzidos pela humanidade.

Outra proposta de aula com metodologia crítica e participativa que trago para exame do contexto de nosso trabalho é a seguinte:

TEMA: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AGINDO NA SOCIEDADE.

**OBJETIVOS:**

Objetivo Geral: Mostrar aos alunos a história da formação dos meios de comunicação na sociedade, desde os primórdios, passando pelos sistemas de comunicação humana utilizados na Antiguidade, na Idade Média, na Modernidade e na Contemporaneidade.

Objetivos Específicos: Averiguar na Linha do Tempo as mudanças e avanços tecnológicos, observar os aspectos de interesses comerciais com referência à publicidade e seus mecanismos de criar consumidores, modas, e a manutenção deste imaginário que se apresenta como ideologia do consumo, tentando naturalizá-lo como hábito. Examinar o aspecto do poder econômico e a formação de corporações e monopólios de empresas de comunicação e a quem estes grupos obedecem ideologicamente. Conhecer as várias ferramentas de comunicação de massa, como emissoras de televisão, rádios, redes de jornais e revistas, livros, sites de informações na Internet, redes sociais e outras formas visuais de comunicação. Formular uma crítica sobre os interesses que estão em jogo neste processo de comunicação que envolve a sociedade e quem paga os custos para a montagem e manutenção destes complexos sistemas de comunicação.

CONTEÚDO: O tema será apresentado em tópicos divididos em: Histórico, Cultural, Econômico, Ideológico e Tecnológico.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA: O tema será abordado através de manifestação oral do professor sobre os tópicos propostos, com apresentações sobre os modelos de veículos de comunicação, abrindo espaço para intervenções dos alunos.

RECURSOS DIDÁTICOS: Quadro, pincel, exposição oral, apresentação de textos, distribuição de jornais e revistas como modelos de mídia impressa para debate sobre o tema e classificação das mesmas em mídias comerciais/industriais e/ou alternativas..

**AValiaÇÃO** (atividades): Avaliação escrita sobre o tema, cada aluno deverá responder as questões propostas no texto sobre o que entendeu com relação ao tema da aula, exercitando sua capacidade de reflexão e expressão escrita.

Também apresentei em estágio e seleciono como sendo aulas de desenvolvimento crítico e com participação geral, algumas de temas essenciais para a compreensão da sociedade, objeto central da Sociologia no campo da educação.

Eis mais alguns exemplos:

#### **TEMA: CULTURA E IDEOLOGIA**

**OBJETIVO:** Refletir e debater sobre os diversos aspectos da formação das culturas dos povos e a formação das suas ideologias. Exercitar o senso crítico com referência na História da humanidade e seus períodos, resgatando saberes, executando uma transdisciplinaridade pedagógica; e reconstruir imaginários sobre como se formaram as culturas, como se desenvolveram, como se mantêm e se transformam. Contextualizar os aspectos ideológicos intrínsecos neste processo civilizatório e as forças econômicas e políticas que agem para a formação das sociedades.

Também trago para este TCL uma relação abaixo exemplificando o que considero temas para implementarmos com metodologia de uma pedagogia participativa e crítica, com elementos de reflexão que podem levar o aluno a entender o porquê de uma necessidade pró-revolucionária, de mudanças radicais e essenciais na sociedade contemporânea:

A origem do capitalismo e a modernidade científica e industrial. O capitalismo financeiro e o domínio tecnológico.

O modelo socialista de sociedade e seus argumentos e experiências em alguns países no mundo.

Etnias- A Formação do Povo Brasileiro.

A origem da desigualdade social. Os conceitos de coletividade e propriedade privada.

Os 3 Poderes que constituem a sociedade brasileira: Executivo, Legislativo e Judiciário. Suas representações e conceitos.

A história das lutas e conquistas dos direitos do trabalhador e o papel do sindicalismo na sociedade.

Os movimentos sociais agindo nas lutas das ruas e nas redes de informática.

Movimento Negro e a Luta contra o racismo.

Movimento Feminista e a Lei Maria da Penha contra a violência de gênero.

Sempre conectando a luta destes movimentos com a consciência de classe, com a luta de classes, que é a representação da totalidade, do macro problema da sociedade a ser resolvido.

Por fim, após estas propostas de aulas, o professor revolucionário pode estar convicto de que está desenvolvendo uma pedagogia em prol da revolução dos sistemas sociais, econômicos e culturais da sociedade, justificando seu papel de executar uma metodologia crítica e participativa, uma pedagogia da libertação dos conceitos tradicionais, apontando para um novo tempo de mais justiça social, solidariedade e mais qualidade de vida para todos.

Esta sociedade nova a ser construída passa pela conscientização de classe que o professor deve propor na escola, encaminhando o aluno para o mundo dos adultos e profissionais, para que eles participem criticamente de outras instâncias da sociedade, como sindicatos, associações, assembleias, câmaras e outras instituições.

Esta é uma missão revolucionária que deve ser construída no dia a dia a partir das salas de aulas, sempre abordando os temas e desenvolvendo a participação de todos,

de uma forma crítica que busque as urgentes melhorias sociais que a humanidade deseja.

## 05 – Considerações Finais

O que pretendo, nesta conclusão, depois de muitas leituras, pesquisas, estudos e observações durante o período de graduação, é contribuir no debate sobre a postura do professor-sociólogo no processo educacional contemporâneo; em especial o Brasil, nosso território, onde a disciplina de Sociologia é obrigatória no Ensino Médio, uma das etapas mais decisivas da experiência escolar, onde tudo acaba e recomeça. O resultado do trabalho do docente de Ciências Sociais pode significar a libertação ideológica dos alunos que na infância foram “contaminados” com a ideologia liberal capitalista dando mais valor ao consumismo e ao individualismo do que à solidariedade e ao coletivismo. Estes adolescentes são sobreviventes de uma cultura que tem seus fundamentos baseados na competitividade, disputa de mercado e meritocracia. Tudo a combater nas salas de aula de sociologia. Por este motivo pretendo dar eco a esta proposta de uso de uma pedagogia participativa e crítica, não apenas no campo teórico, acadêmico, para debates em refrigerados gabinetes, mas sim para ser praticada nas salas de aulas das escolas povoadas de jovens que enxergam as desigualdades gritantes em seus cenários de vida, mas não sabem como combatê-las. Estão anestesiados pelas velhas promessas não cumpridas de liberdade, igualdade e fraternidade; estão encantados com o mundo tecnológico e instantâneo, iludidos com a expectativa de riqueza. Neste contexto de esperanças e dificuldades, a marginalidade e o crime crescem na sociedade.

Pretendo atingir com o conteúdo, temas abordados em sala de aula e trabalhos de campo, a consciência de classe de cada aluno e posteriormente propor o uso desta consciência em ações políticas para a construção de uma nova sociedade. Mostrar para este jovem “desbloqueado” que ele pode seguir sua ação política pelo resto da vida. Pretendo assim, com o trabalho didático-pedagógico, uma relação que vislumbre aprender quais as condições para se chegar a objetivos traçados como educador no campo das Ciências Sociais.

Cada aula planejada deve ser desenvolvida a partir da historicidade da formação das sociedades, trabalhando temas como cultura, cidadania, etnia, gênero, exploração, consumo, poder, reprodução ideológica, educação e construção social; problematizando estas questões e apresentando alternativas viáveis para a transformação da sociedade. Estas proposições devem ser debatidas entre os agentes deste processo professor-aluno. E deve também ser aprofundada a discussão para novas formas de fazer política na sociedade, extinção de poderes que podem ser considerados desnecessários e caros para sua manutenção pelo estado, como senado, exército e outras instituições historicamente superadas. São estas percepções e concepções que devem ser instigadas, diariamente, como a linguagem da publicidade, repetidamente, repetidamente, em muitas aulas.

O que parece utopia vai se construindo diariamente para se tornar realidade e novo paradigma. Nada aconteceu na história da humanidade da noite para o dia, foram evoluções com etapas que duraram bilhões de anos até nossa contemporaneidade. Nos tempos medievais jamais se imaginava democracia. O homem levou milênios para conceber a moeda e o cartão de crédito. Quem pode afirmar, de sua consciência, que nunca a sociedade será hegemonicamente socialista? Haverá um momento na linha do tempo da humanidade que os homens civilizados e humanizados irão romper com o capitalismo, superar suas contradições geradoras de desigualdades e violências inúteis e insanas em todos os continentes do planeta. Esta é a natural tendência da evolução permanente, a dialética da sociedade. Não se trata aqui neste trabalho de conclusão da

manifestação de uma profecia por parte deste acadêmico, mas sim da realidade dos fatos visíveis que se movimentam neste caminho, através de políticas e atividades sociais.

No entanto não existe uma data marcada na agenda de Deus ou qualquer outro símbolo maior de poder do que o poder humano, para que aconteça a revolução, pois esta já está em andamento desde o século 19, com a formulação de teorias e experiências práticas em várias nações, com aplausos e contestações, se transformando no decorrer do século 20 e adentrando o século 21 com possibilidades maiores de penetrar na mente dos humanos. Portanto, cabe aos professores-sociólogos a missão de levar aos 4 cantos das salas de aulas a sempre nova mensagem e argumentação para a construção de uma sociedade socialista, coletiva e com democracia participativa direta. Este é o paradigma a ser construído na práxis pedagógica, para que as novas gerações, nas décadas e séculos que virão, tenham, para todos, vida digna, com direito a boas moradias, bons trabalhos, justas remunerações, acesso a todas as tecnologias e informações, excelentes atendimentos na saúde e na educação, segurança e paz.

Esta aula já começou. E não tem fim.

## 06 – Referências

BOBBIT, Jonh Franklin. O Currículo. Porto. Didáctica Editora. 2001.

TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2009.

BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro – Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte Editora UFMG, 2001.

LDBEN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. Brasília. Ministério da Educação.

PEREIRA, Luiza Helena. Trabalho de pesquisa. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BAGNO, Marcos. 2011. Ed. USP. 1989. São Paulo.

PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica. São Paulo. Boitempo Editorial, 2009.

WEBER, MAX. “O sentido da neutralidade axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas”, do livro Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo. Cortez Editora. 2001.

WEISS, Raquel Andrade. “Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica”, e o esquema gráfico textual em formato *power point* elaborado pela mesma autora para exposição do tema “A relação entre Conhecimento e Valores na Obra de Max Weber”. (UFRGS, 2013)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2012.

TERSARIOL, Alpheu. Dicionário Brasileiro. Erechim. Edelbra Editora, 1991.